

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (PÔSTER)

NOME: CAMILA DE SOUSA VASCONCELOS

TÍTULO: SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT.

AUTORES: MAICOM MARQUES DE PAULA, CAMILA DE SOUSA VASCONCELOS, WELLINGTON DAMASO DE LIMA, CAMILA DE SOUSA VASCONCELOS, MATHEUS BORGES GONÇALVES, GELIANY APARECIDA MENEZES COSTA, CAMILA RAMOS, MAICOM MARQUES DE PAULA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): NÃO POSSUI

PALAVRA CHAVE: DIREITOS HUMANOS, HOMOFOBIA, POPULAÇÃO LGBT, SERVIÇO SOCIAL.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, parte conclusiva do seminário sobre direitos humanos apresentado à disciplina de Educação para diversidade e meio ambiente, do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Cláudio. Tem como objetivo analisar a situação da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) no Brasil, no que tange aos fatores de exclusão, legislação vigente e atuação do profissional de Serviço Social junto a este público. Para tal, realizou-se a busca de artigos acadêmicos a partir dos descritores (Assistente Social, Cidadania LGBT, Direitos LGBT, Homofobia e Serviço Social) cuja publicação refere-se aos 10 últimos anos, a saber 2007 – 2017. Dos artigos correspondentes ao tema, sendo estes disponibilizados em diferentes bases, selecionou-se 20. O embasamento da discussão teórica contou também com a leitura de demais referenciais alusivos ao tema. Destaca-se como fatores de exclusão a não equação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, típica de uma ideologia heterossexista. Ao analisarmos as leis alusivas à população LGBT, afirma-se o desrespeito inclusive à legislação contida na Constituição Federal de 1988, ao constatar a desigual aplicação das leis quando se trata deste público. No que tange à atuação do profissional de Serviço Social junto ao público LGBT, torna-se imperioso assinalar que tanto o Conselho Federal de Serviço Social quanto os Conselhos Regionais de Serviço Social têm seu aparato político normativo baseado no respeito à diversidade humano. Em suma, nota-se a constante e diversificada presença de situações discriminatórias à população LGBT. Em contrapartida reafirma-se a atuação de categorias profissionais, como os Assistentes Sociais e seus conselhos de classe, em oposição ao padrão heterossexista socialmente imposto a população LGBT.